

## **INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**

Pelo presente instrumento particular de aditamento, como emissora, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “EMISSIONORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil, celebrado em 08 de janeiro de 2004 e posteriormente aditado em 30 de janeiro de 2004 (respectivamente, o “Segundo Aditamento”, a “Escritura de Emissão” e a “5ª Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:


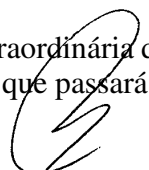
### **CLÁUSULA I - DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO**

**1.1.** O presente Segundo Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso – JUCEMAT.


### **CLÁUSULA II – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

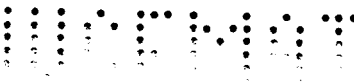
**2.1.** A EMISORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO resolvem alterar os itens 1.1., 2.1.2.1., 4.21.1., 5.1, 6.9.1. e 6.9.2. caput da Escritura de Emissão,

**2.1.1.** Incluir referência à Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2004, nos itens 1.1. e 2.1.2.1., que passará a vigorar com as seguintes redações:



1





“1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 22 de setembro de 2003, 17 de novembro de 2003, 19 de dezembro de 2003 e 20 de fevereiro de 2004 (as “AGES”).”; e

“2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT (a “JUCEMAT”) em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente, e foi arquivada na JUCEMAT em 15 de janeiro de 2004. A ata da AGE de 20 de fevereiro de 2004 será publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” e será arquivada na JUCEMAT.”

**2.1.2.** Incluir a alínea “F”, no item 4.21.1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.21.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a EMISSORA, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;

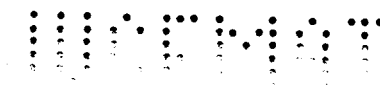
(b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela EMISSORA;

(c) decretação de falência da EMISSORA;

(d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;



2



(e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures; e

(f) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.”

**2.1.3.** Excluir o item 5.1.6. e renumerar os itens posteriores, ficando o item 5.1 com a seguinte redação:

“5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.

e) na mesma data em que forem publicados fatos relevantes, que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;

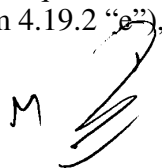
f) cópias das atas das assembléias gerais da EMISSORA, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO;

g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.21 desta Escritura de Emissão, no momento do conhecimento de qualquer dos eventos previstos no item 4.21.1;

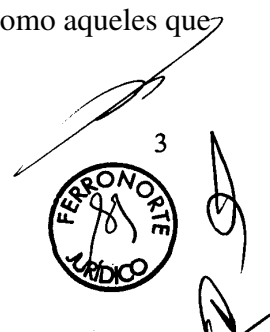
h) relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), assim como aqueles que

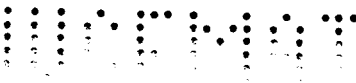


M



3





eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e.

i) notificação sobre eventuais aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

5.1.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.1.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

5.1.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 5ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o relatório de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.1.5. Manter serviço de atendimento, em adequado funcionamento e de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.1.6. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.

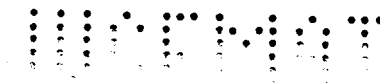
5.1.7. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços objeto de seu estatuto social.

5.1.8. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não.



M

4



5.1.9. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas despesas, prestadores de serviços de banco mandatário e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND.

5.1.10. Efetuar às suas despesas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Fiança celebrado pela Garantidora nos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes.”

**2.1.4.** Alterar a redação do item 6.9.1. e 6.9.2. caput, para ajustar as referências ao item 5.1.6, ficando os mesmos com a seguinte redação:

“6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.”; e

“6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:”

### **Cláusula III – DA RATIFICAÇÃO E DA CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

**3.1.** Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas pelo presente Segundo Aditamento, sendo que a mesma passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**

Pelo presente instrumento particular, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 24.962.466/0001-36, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “EMISSORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da Quinta Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central



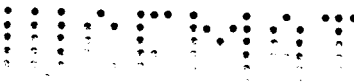
M

E

5



2



do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista n.º 2.439 – 11º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL (a “Escritura de Emissão” e a “5ª Emissão”), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 22 de setembro de 2003, 17 de novembro de 2003, 19 de dezembro de 2003 e 20 de fevereiro de 2004 (as “AGEs”).

1.2. Os acionistas da EMISSORA delegaram ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures da 5ª Emissão e o cancelamento das debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

### **Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS**

2.1. A emissão das debêntures da 5ª Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

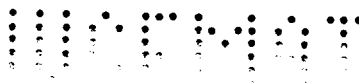
#### **2.1.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.1.1.1. A 5ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma das Leis n.º 6.385/76 e n.º 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### **2.1.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGEs**

2.1.2.1. A ata da AGE de 22 de setembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso” e “A Gazeta” em 16 e 17 de outubro de 2003, respectivamente, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso - JUCEMAT (a “JUCEMAT”) em 16 de outubro de 2003. A ata da AGE de 17 de novembro de 2003 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso”





e "A Gazeta" em 05 e 06 de janeiro de 2004, respectivamente, e arquivada na JUCEMAT em 30 de dezembro de 2003. A ata da AGE de 19 de dezembro de 2003 foi publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" nos dias 15 e 16 de janeiro de 2004, respectivamente, e foi arquivada na JUCEMAT em 15 de janeiro de 2004. A ata da AGE de 20 de fevereiro de 2004 será publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Mato Grosso" e "A Gazeta" e será arquivada na JUCEMAT.

### **2.1.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.1.3.1. A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCEMAT, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404/76.

### **2.1.4. Registro das Garantias**

2.1.4.1. O Contrato de Fiança a que se refere o item 4.10.2 da Cláusula Quarta será registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 130 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

### **2.1.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento**

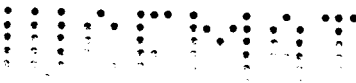
2.1.5.1. A 5ª Emissão será registrada pelo coordenador líder da 5ª Emissão na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

## **Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA**

### **3.1. Objeto Social da EMISSORA**

3.1.1. A EMISSORA tem por objetivo (i) a construção e exploração de sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias, (ii) a prestação de serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias, (iii) a construção e exploração de terminais intermodais de carga, (iv) a operação de portos, (v) a construção de edifícios e estruturas, (vi) a pesquisa, lavra de produtos minerais e vegetais, extração e uso gratuito de produtos minerais e vegetais na construção e conservação de sistemas de transporte ferroviário e (vii) a exploração de qualquer outro projeto, incluindo aqueles relacionados à exploração de fontes alternativas, acessórias ou complementares de





receita e outros projetos afins, tais como: (a) a utilização de faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; (b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; (c) prestação de serviços e consultoria técnica; e (d) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.

#### **Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DA 5ª EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Número de Séries**

4.1.1. A 5ª Emissão será realizada em duas séries.

##### **4.2 Limite da Emissão**

4.2.1. A 5ª Emissão observa o limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, na medida em que o saldo devedor relativo às debêntures da EMISSORA que ainda se encontram em circulação totalizava, em 30 de setembro de 2003, R\$ 400.340.440,04 (quatrocentos milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), valor este que somado ao valor total da 5ª Emissão totaliza R\$ 580.340.440,04 (quinhentos e oitenta milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta reais e quatro centavos), não ultrapassando, assim, o valor do capital social da EMISSORA que, em 30 de setembro de 2003, era de R\$ 624.088.886,63 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

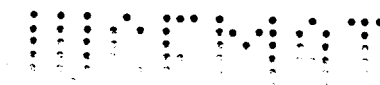
<b>Emissão de Debêntures</b>	<b>Valor (em R\$)</b>
1ª Emissão	203.863.870,81
2ª Emissão	95.758.119,15
3ª Emissão	51.038.305,01
4ª Emissão	49.680.145,07
<b>Sub-total (data base 30.09.2003)</b>	<b>400.340.440,04</b>
5ª Emissão	180.000.000,00
<b>Total</b>	<b>580.340.440,04</b>

##### **4.3. Destinação de Recursos**

4.3.1. Os recursos obtidos com a 5ª Emissão serão utilizados pela EMISSORA para o pagamento de obrigações financeiras de responsabilidade da EMISSORA com vencimento nos exercícios de 2003 e 2004. A destinação específica destes recursos será







definida de acordo com a avaliação, por parte da EMISSORA, da conjuntura econômica à época dos pagamentos, sendo que a EMISSORA pretende, em princípio, alocá-los para honrar os seguintes compromissos da seguinte forma:

#### **Plano de Aplicação dos Recursos**

*(assumindo a colocação integral das Debêntures)*

	Valores Estimados em R\$ mil (em Percentual Aproximado do valor da Emissão)	
03.12.2003)		
Reestruturação do Passivo Bancário	74.347	41,30%
Fornecedores	36.104	20,06%
Obrigações com Controladora/Coligadas	69.549	38,64%
Total Geral	180.000	100,00%

#### **4.4. Valor Total da Emissão**

4.4.1. O valor total da 5ª Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, definida a seguir.

#### **4.5. Quantidade de Títulos**

4.5.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures, sendo 6.000 (seis mil) debêntures na 1ª série (as “Debêntures da 1ª Série”) e 12.000 (doze mil) debêntures na 2ª série (as “Debêntures da 2ª Série”) e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as “Debêntures”).

#### **4.6. Valor Nominal Unitário**

4.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

#### **4.7. Data de Emissão**

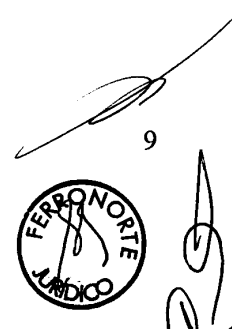
4.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures da 5ª Emissão será 03 de dezembro de 2003 (a “Data de Emissão”).

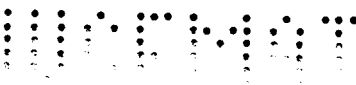
#### **4.8. Prazo e Data de Vencimento**



M

*[Handwritten signature]*





4.8.1. As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 03 de dezembro de 2009 (“Data de Vencimento”).

4.8.2. Na Data de Vencimento, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração devida na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

#### **4.9. Forma e Conversibilidade**

4.9.1. As Debêntures serão nominativas, simples não conversíveis em ações da EMISSORA.

#### **4.10. Espécie e Garantia**

4.10.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.10.2. A Brasil Ferrovias S.A. adicionalmente prestará fiança para o fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora das Debêntures (a “Garantidora”) nos termos do Contrato de Fiança que na forma do Anexo I à presente Escritura de Emissão, assinado pelas partes, constitui parte integrante e inseparável da presente Escritura de Emissão.

4.10.2.1. A fiança acima foi formalizada de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 32 do estatuto social da Garantidora.

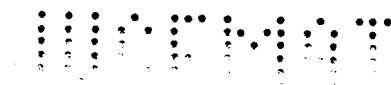
4.10.3. Caso a Garantidora torne-se insolvente, poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a sua substituição, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de notificação solicitando a substituição da Garantidora.

#### **4.11. Remuneração**

##### **4.11.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série:**

(a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, com base na “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (a “CETIP”) no Informativo Diário, disponível em sua página na





Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional (“Taxa DI”), acrescida de *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano (os “Juros Remuneratórios da 1ª Série”).

(b) Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

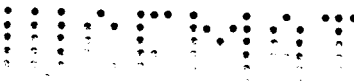
onde:

- J valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI produtório das taxas DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

- n número total da Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo um número inteiro;
- $TDI_k$  Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O produtório dos fatores diários (  $1 + TDI_k$  ) é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorSpread = SOBRETAXA DE JUROS FIXOS CALCULADA COM 9 (NOVE) CASAS DECIMAIS, COM ARREDONDAMENTO;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$spread = 5\%$  (cinco por cento);

$N = 252$  dias úteis;

$n$  = número de dias úteis compreendido entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

$DT$  = número de dias úteis compreendido entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a subsequente;

$DP$  = número de dias úteis entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo.

**Observação:** Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante da multiplicação do Fator DI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de



*[Handwritten signature]*



12

*[Handwritten signature]*



Capitalização subsequente, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido).

#### 4.11.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série:

(a) As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado e equivalentes a 122% (cento e vinte e dois por cento) da Taxa DI (os “Juros Remuneratórios da 2ª Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, os “Juros Remuneratórios”).

(b) Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização (definido abaixo), ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, nos demais casos, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

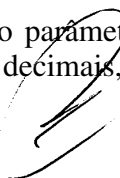
Onde:

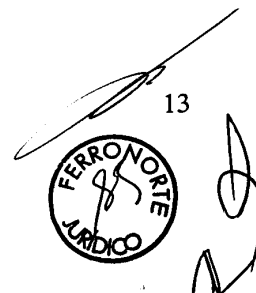
J Valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos na data final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

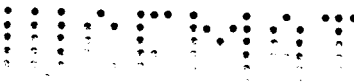
VNe Saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do Período de Capitalização, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação (Taxa DI), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

M







$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

p 122 (cento e vinte e dois).  
TDI<sub>k</sub> Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, segundo a fórmula:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI<sub>k</sub> Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator diário  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é calculado considerando-se 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento e seu produtório é efetuado calculando-se o resultado de cada multiplicação do fator acumulado em data anterior com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Define-se:

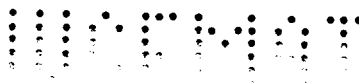
Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data seguinte prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios (definição abaixo).

4.11.3. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas definidas no item 4.12 abaixo.

4.11.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da data de apuração de qualquer parcela dos Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, será



14



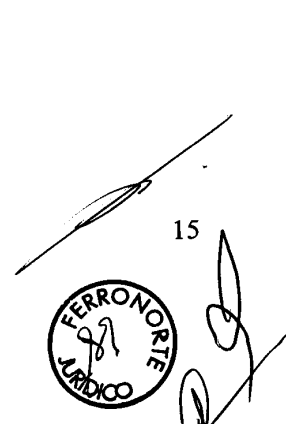
aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível na respectiva data. As compensações financeiras decorrentes do ajuste dos valores devidos quando da divulgação da Taxa DI pertinente serão devidas na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente. Havendo valores a pagar pela EMISSORA, esses serão acrescidos ao valor dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios respectiva, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios. Os valores pagos a maior aos Debenturistas, se houver, serão compensados com os valores que serão pagos pela EMISSORA a título de Juros Remuneratórios na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios subsequente, devidamente corrigidos pela taxa dos Juros Remuneratórios.

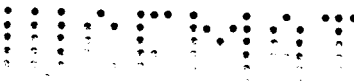
4.11.5. Na hipótese de a Taxa DI não estar disponível quando da data de apuração da última parcela dos Juros Remuneratórios devida nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pela EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

4.11.6. Na hipótese de ausência de divulgação da Taxa DI, por período superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar ou determinação judicial, os titulares das Debêntures deverão reunir-se em Assembléia de Debenturistas e deliberar, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como “Taxa Substituta da Taxa DI”, devendo tal critério ser aquele que melhor reflita as remunerações originalmente atribuídas às Debêntures, observada a regulamentação então em vigor aplicável à matéria.

4.11.7. Caso os Debenturistas em conjunto com a EMISSORA não acordem sobre a Taxa Substituta da Taxa DI, a EMISSORA deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Assembléia, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculados “*pro rata temporis*”, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, onde será utilizado, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

#### 4.12. Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios





4.12.1. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 3 dos meses de dezembro de 2006, junho e dezembro dos anos 2007, 2008 e 2009 (“Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios”).

4.12.2 De acordo com o artigo 88 do Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), farão jus aos respectivos Juros Remuneratórios aqueles que estiverem registrados como titulares das Debêntures no fechamento do dia útil anterior às Datas de Pagamentos de Juros Remuneratórios, portanto, caso haja negociação das Debêntures nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, os adquirentes das Debêntures não farão jus ao pagamento das quantias devidas naquela data.

#### **4.13. Amortização**

4.13.1. As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado anualmente, em parcelas iguais, devidas nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

#### **4.14. Preço e Forma de Subscrição e Integralização**

4.14.1. O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados “*pro rata temporis*” desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição (“Preço de Subscrição”).

4.14.2. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias da 3ª e da 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da EMISSORA vincendos até a Data de Vencimento.

#### **4.15. Colocação e Procedimento**

4.15.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares das 3ª e 4ª Emissões de Notas Promissórias da EMISSORA, e (iii) os clientes das







instituições contratadas para a distribuição.

4.15.2. As Debêntures serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o “Prazo de Distribuição”), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

4.15.3. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação das Debêntures da 1ª Série ou após o cancelamento do saldo não colocado.

4.15.4. As Debêntures não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela EMISSORA.

#### **4.16. Negociação**

4.16.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

#### **4.17. Certificados das Debêntures**

4.17.1. A EMISSORA somente emitirá certificados de Debêntures mediante solicitação por escrito enviada pelos titulares das Debêntures, sendo os certificados entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento pela EMISSORA de solicitação escrita apresentada pelos titulares das Debêntures.

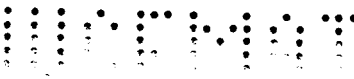
4.17.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas, mantido na sede da EMISSORA. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas na CETIP, será emitido, pela CETIP, extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

#### **4.18. Aquisição Facultativa**

4.18.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76.

4.18.2. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas em mercado.





#### **4.19. Poder Liberatório**

4.19.1. Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª Série, os titulares das Debêntures da 2ª Série (os “Debenturistas da 2ª Série”) individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à EMISSORA, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão, na qualidade de contratante, e a EMISSORA, na qualidade de contratada (o “Poder Liberatório”).

4.19.2. O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições:

(a) os Debenturistas da 2ª Série deverão ter recebido do AGENTE FIDUCIÁRIO uma notificação de inadimplemento da EMISSORA, nos termos do item 6.5, “t”, dessa Escritura de Emissão com relação (A) ao pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série nas respectivas Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios conforme disposto no item 4.12, ou (B) ao pagamento das amortizações nas respectivas datas de vencimento, quais sejam nos dias 3 de dezembro dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009. Nesta notificação, deverá constar o valor da parcela vencida e não paga pela EMISSORA (a “Parcela Vencida”);

(b) os Debenturistas da 2ª Série deverão, no prazo máximo de 8 (oito) dias do recebimento da notificação de inadimplemento acima (o “Prazo para Manifestação”), notificar a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO da intenção de exercer o Poder Liberatório com relação à Parcela Vencida (a “Notificação de Exercício”);

(c) a EMISSORA aceitará para análise apenas as Notificações de Exercício enviadas por Debenturistas da 2ª Série que tenham firmado contrato com a EMISSORA para a prestação de serviços de transporte ferroviário, em data anterior ou coincidente à data de recebimento da Notificação de Exercício pela EMISSORA, que servirão de base para determinar o valor dos fretes que estarão sujeitos ao Poder Liberatório;

(d) a EMISSORA deverá emitir manifestação de aceite ou de recusa da Notificação de Exercício para os Debenturistas da 2ª Série solicitantes e para o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio de documento escrito, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do final do Prazo para Manifestação. Ressalta-se que as hipóteses para a EMISSORA recusar o exercício do Poder Liberatório estão previstas nos itens “c” acima, “e” e “h” abaixo;



18



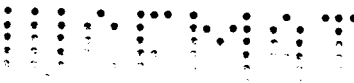
(e) não serão atendidos pedidos para exercício do Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos (o “Contrato de Caução”), firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”), Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), Banco BMC S.A. (“BMC”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR” e, em conjunto com o BNDES, Unibanco, Bradesco e BMC, os “Financiadores”), em 14 de agosto de 2001. No Contrato de Caução foi pactuada a caução do produto da cobrança da tarifa pela prestação de serviço de transporte ferroviário da EMISSORA em benefício dos Financiadores, no valor correspondente à totalidade das prestações de amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes dos seguintes contratos de financiamento e emissões de debêntures da Emissora e da Garantidora (as “Dívidas Garantidas”):

- (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 92.2.084.3.1 celebrado em 09 de julho de 1992, entre o BNDES, a EMISSORA, a União Federal, o Governo do Estado de São Paulo, dentre outros, por meio do qual foi concedido à EMISSORA uma linha de financiamento no valor de Cr\$ 470.726.000.000,00 (“Contrato 1”),
- (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.578.3.1 celebrado em 18 de dezembro de 2000, entre o BNDES, a EMISSORA, a Garantidora, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), a Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), a Constran S.A. Construções e Comércio, a CCP Overseas e a Brazil Rail Partners LLC, na qualidade de intervenientes, pelo qual o BNDES concedeu à EMISSORA uma linha de crédito no valor de R\$ 231.893.000,00 (“Contrato 2”);
- (iii) Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o BNDES n.º 10/658.238-1, celebrado em 29 de março de 1999 entre a EMISSORA, o Unibanco, o Bradesco e o BMC, tendo como objeto o financiamento à EMISSORA no valor de R\$ 73.500.000,00 (“Contrato 3”);
- (iv) A 1ª emissão pública de 10 mil debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA, com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 100.000.000,00, com data de emissão em 1º de julho de 1997. A emissão deu-se através de série única e foi totalmente subscrita pelo BNDESPAR (“1ª Emissão da EMISSORA”); e
- (v) A 1ª emissão privada da Garantidora, de 17.500 debêntures escriturais e conversíveis em ações preferenciais da Garantidora, com valor unitário de R\$10.000,00 e data de emissão em 1º de julho de 1999. A emissão deu-se em duas séries, sendo a 1ª série composta por 10.000 debêntures da espécie com garantia real, e a 2ª série composta por 7.500 debêntures, da espécie com



19





garantia flutuante. Parte das debêntures da 1ª emissão foram compradas pelo BNDESPAR, pela FUNCEF e pela PREVI, sendo que as partes compradas pela FUNCEF e PREVI foram convertidas em ações preferenciais (“1ª Emissão da Garantidora”).

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA, obrigou-se a manter a totalidade das faturas de serviços de transporte ferroviário prestados exclusivamente em cobrança em determinada conta corrente no Unibanco, denominada como conta principal. A Emissora autorizou o Unibanco a transferir da conta principal às contas correntes indicadas pelos Financiadores a parcela do produto de cobrança de tarifa pela prestação de serviços ferroviários necessária ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas.

A EMISSORA autorizou, ainda, o Unibanco a transferir da conta principal para uma conta reserva, a partir de 1º de janeiro de 2004, o valor equivalente a 30% do saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior, após o pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios das Dívidas Garantidas, para que o saldo da conta reserva corresponda a 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios das respectivas Dívidas Garantidas.

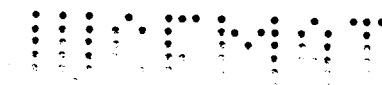
Para fins da apuração do valor a ser transferido, o saldo de caixa líquido do ano calendário imediatamente anterior corresponderá ao somatório, em 31 de dezembro de cada ano, dos saldos das contas contábeis caixa e bancos e aplicações em títulos mobiliários da EMISSORA, acrescidos dos pagamentos efetuados, ao longo do ano, a acionistas, a controladas ou a coligadas, a qualquer título, sendo reduzidos os valores comprovadamente originados dos financiamentos e/ou aportes de capital destinados à construção ou ampliação de ferrovias.

O saldo da conta reserva deve permanecer bloqueado durante todo o prazo das dívidas garantidas e deve ser transferido para a conta principal em caso de insuficiência de saldo na conta principal.

A EMISSORA pode transferir os valores depositados na conta principal para uma conta de livre movimentação, sem a prévia autorização dos Financiadores, desde que a mesma esteja adimplente com suas obrigações. Os valores depositados na conta reserva será utilizado unicamente para pagamento dos Financiadores. A conta principal será bloqueada no caso do Unibanco receber aviso de inadimplência dos Financiadores.

Nos termos do Contrato de Caução, a EMISSORA não pode ceder, vincular ou instituir qualquer outro ônus em favor de qualquer outro credor sobre a receita, exceto para o





BNDES, BNDESPAR e seus agentes financeiros em garantia de financiamentos destinados à implantação da ferrovia.

(f) a verificação da possibilidade de exercício do Poder Liberatório diante das obrigações assumidas pela EMISSORA perante os Financiadores será feita pela EMISSORA e demonstrada ao AGENTE FIDUCIÁRIO, levando-se em conta a receita da EMISSORA disponível no respectivo período e as datas de vencimento e os valores a serem pagos nos termos das Dívidas Garantidas, conforme tabela abaixo:

#### **Dívidas Garantidas pelo Contrato de Caução**

<b><u>Dívidas Garantidas</u></b>	<b><u>Saldo Devedor em 03/Dez/2003</u></b>	<b><u>Vencimentos do Principal</u></b>	<b><u>Taxa e Indexador</u></b>
Contrato 1	R\$796.864.988,92	jan/2005 a dez/2014	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 2	R\$110.634.016,04	out/2008 a set/2016	TJLP+1,5% ao ano
Contrato 3 – UNIBANCO	R\$ 40.684.438,71	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BRADESCO	R\$ 19.152.054,63	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
Contrato 3 – BMC	R\$ 10.559.367,47	mai/2002 a abr/2009	TJLP+4,0% ao ano
1ª Emissão da EMISSORA	R\$186.528.237,25	Jul/2011 a jun/2016	TJLP+1,5% ao ano
1ª Emissão da Garantidora	R\$226.844.790,05	jul/2011 a jun/2016	TJLP+6,0% ao ano

(g) a EMISSORA deverá fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas,

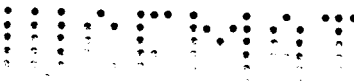


M

E

21





assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e

(h) somente poderá ser emitido o Documento de Aceite (definição abaixo) pela EMISSORA, caso a mesma obtenha a quitação das Parcelas Vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e/ou que não tenham sido atendidos conforme o disposto no item 4.19.4 abaixo.

4.19.3. No caso da EMISSORA manifestar o aceite às Notificações de Exercício, tal manifestação deverá ser formalizada no prazo estabelecido no item 4.19.2 “d”, por meio de um documento de aceite (o “Documento de Aceite”), o qual uma vez firmado pela EMISSORA e pelo respectivo Debenturista da 2ª Série (“Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório”), representará a quitação da Parcela Vencida das Debêntures da 2ª Série de titularidade de tal detentor. O Documento de Aceite deverá conter no mínimo os seguintes termos e condições:

(a) indicação do período durante o qual o Poder Liberatório poderá ser exercido, sendo que tal período não poderá exceder o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de emissão do Documento de Aceite (o “Período de Exercício”);

(b) indicação dos valores dos fretes quando do exercício do Poder Liberatório, os quais serão aqueles acordados conforme contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de acordo com a alínea “c” do item 4.19.2 acima, que deverão corresponder ao valor da Parcela Vencida;

(c) no caso do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório não exercer o Poder Liberatório durante o Período de Exercício, o valor estabelecido no Documento de Aceite correspondente à Parcela Vencida ainda será devido pela EMISSORA sendo corrigido desde a data do aceite até o término do Período do Exercício por taxa equivalente a desta Escritura de Emissão, conforme indicado no item 4.11.2, a ser refletida no Documento de Aceite. Nenhum pagamento será devido pela Emissora, na hipótese do Poder Liberatório não ser exercido por culpa do Detentor do Direito de Exercício do Poder Liberatório.

(d) no caso do Poder Liberatório não puder ser exercido até o encerramento do Período de Exercício, em decorrência de culpa exclusiva da EMISSORA, não se processará a quitação dos valores correspondentes à Parcela Vencida, devendo a EMISSORA pagar ao respectivo Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório o valor da Parcela





Vencida, acrescido de (i) multa convencional de 10% (dez por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Exercício até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA; e

(e) o Documento de Aceite deverá conter o “de acordo” do Detentor do Direito do Exercício do Poder Liberatório, assim como a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

4.19.4. No caso da EMISSORA não ter condições, de acordo com o mecanismo de utilização do Poder Liberatório descrito nesta cláusula, de atender todas as Notificações de Exercício a ela submetidas, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá proceder o sorteio entre os Detentores do Direito do Exercício do Poder Liberatório que tenham submetido as Notificações de Exercício.

4.19.5. A EMISSORA deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO caso haja aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

#### **4.20. Juros Moratórios e Multa**

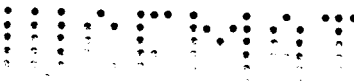
4.20.1. Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.21 desta Cláusula Quarta, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) os respectivos Juros Remuneratórios; (ii) multa convencional de 10% (dez por cento) e (iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*”, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

#### **4.21. Vencimento Antecipado**

4.21.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:



23



- (a) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a EMISSORA, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência;
- (b) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela EMISSORA;
- (c) decretação de falência da EMISSORA;
- (d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão das Debêntures; e
- (f) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

4.21.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos no item 4.21.1 acima, a EMISSORA poderá convocar, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas de cada série para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures de cada série. Na ausência de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas por parte da EMISSORA no prazo estabelecido, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO convocar a Assembléia no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do conhecimento do evento para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado.

4.21.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas de cada série.

4.21.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.21.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.21.3. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos itens (i) ou (ii) desta cláusula.







4.21.5. Quando da ocorrência do evento previsto no item (c) do item 4.21.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de consulta prévia aos Debenturistas.

4.21.6. Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração respectiva, calculada “*pro rata temporis*”, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO à EMISSORA através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.20. acima, que, na hipótese prevista da alínea (d) do item 4.21.1. acima, serão calculados desde a data em que o respectivo pagamento deveria ter sido efetuado.

#### **4.22. Atraso na Apresentação das Debêntures para Pagamento**

4.22.1. O não comparecimento do Debenturista, que não participe do CETIP, nos termos do item 4.26 abaixo, para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.23. Prorrogação dos Prazos**

4.23.1. Nos casos em que os pagamentos referentes às Debêntures devam ser feitos na sede da EMISSORA, de acordo com o item 4.25.1 abaixo, considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Cuiabá e Estado de Mato Grosso, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Nos casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, somente haverá prorrogação dos prazos quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

#### **4.24. Publicidade**



M

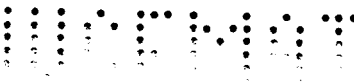
E

/

25



A



4.24.1. Os anúncios de início e de encerramento de distribuição das Debêntures, assim como todos os demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos, nos jornais utilizados pela EMISSORA para suas publicações societárias, quais sejam, (i) “A Gazeta”, editado no Estado do Mato Grosso, ou na sua impossibilidade, em jornal de circulação nacional, e (ii) Diário Oficial do Estado do Mato Grosso.

#### **4.25. Local de Pagamento**

4.25.1. Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pelo CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da EMISSORA.

#### **Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

b) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 5ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.

e) na mesma data em que forem publicados fatos relevantes, que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas;

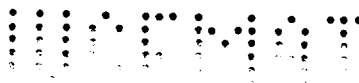
f) cópias das atas das assembleias gerais da EMISSORA, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO;



n



26



g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.21 desta Escritura de Emissão, no momento do conhecimento de qualquer dos eventos previstos no item 4.21.1;

h) relatório trimestral, evidenciando os pagamentos que foram quitados de acordo com as Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), assim como aqueles que eventualmente não tenham sido pagos. Esses relatórios trimestrais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento de cada trimestre; e.

i) notificação sobre eventuais aditamentos e/ou quaisquer alterações nas condições das Dívidas Garantidas (conforme definidas no item 4.19.2 “e”), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da alteração.

5.1.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.1.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

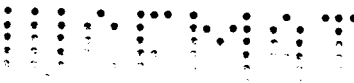
5.1.4. Manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da 5ª Emissão, devendo ainda (i) entregar, anualmente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o relatório de classificação de risco preparada por agência de classificação de risco e (ii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

5.1.5. Manter serviço de atendimento, em adequado funcionamento e de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.1.6. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.



27



5.1.7. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços objeto de seu estatuto social.

5.1.8. Comunicar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não.

5.1.9. Manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, prestadores de serviços de banco mandatário e agente fiduciário, além dos sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário SND.

5.1.10. Efetuar às suas expensas, até a data de início da distribuição pública das Debêntures, o registro do Contrato de Fiança celebrado pela Garantidora nos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes.

#### **Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 5ª Emissão, a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a EMISSORA, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.1.1. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;



M

28





d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM n.º 28/83;

e) estar ciente do conteúdo da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, emitida pelo Banco Central do Brasil;

f) ter verificado a regularidade da constituição da garantia adicional das Debêntures, bem como o valor da garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e

g) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

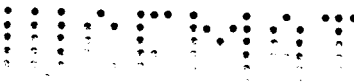
a) parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a 1ª devida no 5º (quinto) dia seguinte à data do registro na CVM, e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento ou resgate ou cancelamento total das Debêntures, observado o disposto no item (b) abaixo;

b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, desde a data de pagamento da primeira parcela de remuneração, com base no Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM, acumulado no respectivo período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;

c) a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA;

d) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas Judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas desde que previamente aprovados pelos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações





judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias;

e) a remuneração prevista na alínea “a” do presente item será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora aos Debenturistas.

6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, será realizada Assembléia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM;

b) caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

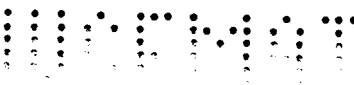
6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCEMAT juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

6.4.4. Em caso de renúncia do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as funções do





AGENTE FIDUCIÁRIO. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada “*pro rata temporis*”, até a data da efetiva substituição.

6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Cláusula Sexta.

6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

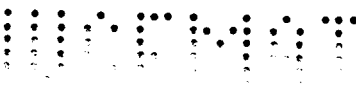
- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;
- i) verificar a regularidade da constituição da fiança das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

31  

j) examinar a proposta de substituição da garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

k) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

l) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

m) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

n) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

o) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

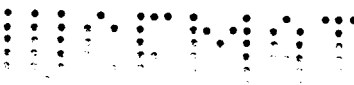


M

32







(viii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

p) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da EMISSORA;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e

(v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

q) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “p” acima;

r) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

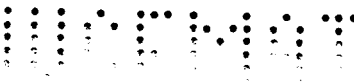
t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e

(ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso;



33



u) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea “o” do item anterior está à disposição, será publicado nos termos da alínea “q” do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão.

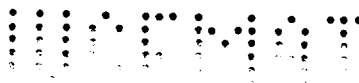
6.7. A notificação de que trata a alínea “t” do item 6.5. acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, será encaminhada individualmente a cada Debenturista, e na impossibilidade de envio a qualquer Debenturista far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente 5ª Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade dos Debenturistas.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- b) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
- d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 4.21. da Cláusula Quarta da presente Escritura de Emissão, observada as condições previstas no item subsequente.

6.8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 6.8 acima, observado as condições dispostas no item 4.21 desta Escritura de Emissão, se a





Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação.

6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

6.9. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

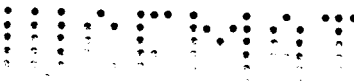
6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.6. e 6.9. acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

### **Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei n.º 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.





7.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Ressalvado o disposto no item 7.8 abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

7.7. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures de cada série, nos termos do item 4.21.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação da unanimidade dos Debenturistas da série respectiva.

7.8. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, das condições de remuneração, garantias, amortização e juros das Debêntures, assim como alterações referentes ao quorum de deliberação da Assembléia de Debenturistas previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) de cada série das Debêntures em circulação, em reunião em conjunto dos Debenturistas.

7.9. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) de cada uma das séries das Debêntures em circulação, exceto o disposto nos itens 7.7 e 7.8 acima.

7.10. Não serão consideradas para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula as Debêntures que a EMISSORA possuir em tesouraria, bem como as Debêntures de titularidade de suas coligadas e controladores, nos termos da Lei n.º 6.404/76.



M

E

36  
FERRONORTE  
JURIDICO



7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

7.12. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### **Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A EMISSORA declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, de acordo com as leis brasileiras;

b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

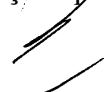
c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;


d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a EMISSORA (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

e) a EMISSORA está em situação regular perante as autoridades federais, estaduais e municipais, referente às autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades, nos termos da legislação aplicável;



M

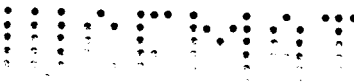




37







f) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de setembro de 2003, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

h) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo (os “Prospectos”) contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à EMISSORA ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, enganosa ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiros;

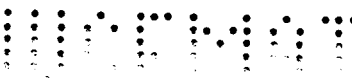
i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito, dos quais a EMISSORA tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições.

### **Cláusula Nona – DAS DESPESAS**

9.1. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro desta Escritura





de Emissão e das atas das AGEs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

### **Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES**

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

*Para a EMISSORA:*

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL  
Avenida Historiador Rubens Mendonça, n.º 2.000 – sala 308  
Bosque da Saúde - CEP 78045-090  
Cuiabá – MT  
Tel.: (011) 3848-5868  
Fax: 011 3841-9252  
At.: Sálvio José Luiz

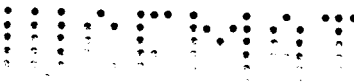
*Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:*

Planner Corretora de Valores S.A.  
Av. Paulista, n.º 2.439, 11º andar  
Cerqueira César, 01311-300  
São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3061-9444, ramal 467  
Fax.: (11) 3060-9575  
e-mail: [afigueiredo@plannercorretora.com.br](mailto:afigueiredo@plannercorretora.com.br)  
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha



39



transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

#### **Cláusula Décima Primeira - DA RENÚNCIA**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente 5ª Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### **Cláusula Décima Segunda - DA DIVISÃO**

12.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

#### **Cláusula Décima Terceira - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE**

13.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

#### **Cláusula Décima Quarta - DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

#### **CLÁUSULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1. O presente Segundo Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



M

*[Handwritten signature]*

40





.....

4.2. Os termos utilizados neste Segundo Aditamento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA V - DO FORO

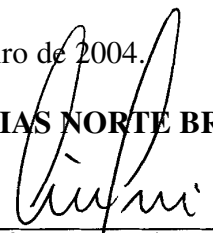
5.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Segundo Aditamento.

Estando assim certos e ajustados, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO firmam o presente Segundo Aditamento, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

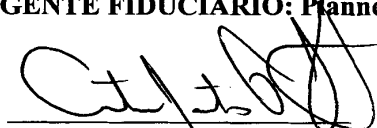
São Paulo, 26 de fevereiro de 2004.

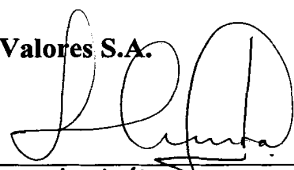
#### EMISSORA: FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

1.   
Por: ELIAS DAVID NIGRI  
Cargo: DIRETOR-PRESIDENTE

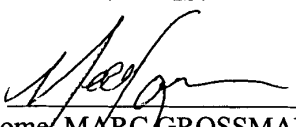
2.   
Por: SÁLVIO JOSÉ LUIZ  
Cargo: DIRETOR DE FINANÇAS E REL.  
COM INVESTIDORES

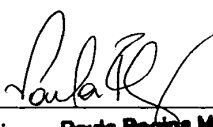
#### AGENTE FIDUCIÁRIO: Planner Corretora de Valores S.A.

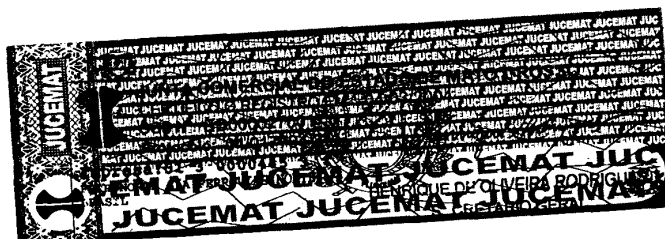
1.   
Por: Artur M. de Figueiredo  
Cargo: Diretor

2.   
Por: Lucinéia da Cunha  
Cargo: Procuradora

#### TESTEMUNHAS:

1.   
Nome: MARC GROSSMANN  
RG: 22.565.767-8  
CPF/MF: 170.841.578-59

2.   
Nome: Paula Regina Munhoz  
RG: 25.140.748-2  
CPF/MF: 254.834.258-83



41